

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.410 - PB (2019/0044019-0)**

**RELATOR** : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
**RECORRENTE** : PEDRO HENRIQUE GOMES DOS SANTOS  
**ADVOGADOS** : EDUARDO HENRIQUE NOGUEIRA LUNA - PB014320  
FRANKLIN SMITH CARREIRA SOARES - PB020630  
JONATA CABRAL DA SILVA - PB020791  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

**DECISÃO**

**PEDRO HENRIQUE GOMES DOS SANTOS** alega ser vítima de constrangimento ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba**, que denegou o HC n. 0806338-36.2018.8.15.0000.

Busca-se, por meio deste recurso, seja determinado o trancamento do Processo n. 0008104-68.2018.8.15.2002, sob o argumento de que seriam ilícitas as provas que embasaram o oferecimento de denúncia, porquanto obtidas por meio de invasão de domicílio.

**O pedido de urgência não comporta acolhimento.**

Em análise perfunctória – inerente a esta fase processual –, observo que o Tribunal de origem, ao concluir pela legitimidade do ingresso dos policiais na residência do ora recorrente, salientou que "a situação narrada revela que **a descoberta da situação de flagrância não foi um mero acaso**. A polícia já havia recebido denúncia de que naquele domicílio ocorria tráfico de drogas, além do mais, quando os policiais chegaram ao local, depararam-se com uma pessoa que jogava dinheiro de uma janela, algo no mínimo inusitado" (fl. 117).

Na sequência, salientou que "a circunstância descrita demonstra que a autoridade policial tinha **fundados motivos** para acreditar, com base em circunstâncias objetivas, no atual ou iminente cometimento de crime na localidade, **e não uma mera suspeita**. Assim, a entrada no domicílio sem mandado judicial não é ilícita, pois havia **razões justificadoras** de que dentro da casa ocorria situação de flagrante delito" (fl. 117).

Portanto, ao menos em princípio, constato ter havido fundadas razões, devidamente justificadas pelas circunstâncias do caso

concreto, que indicaram estar ocorrendo, no interior do domicílio do acusado, situação de flagrante delito, a afastar, por conseguinte, a plausibilidade jurídica do direito tido como violado, em atenção ao que decidido pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento do **RE n. 603.616/RO, com repercussão geral reconhecida** (Rel. Ministro **Gilmar Mendes**, DJe 8/10/2010).

De todo modo, quando do julgamento do mérito do writ, a questão da existência de justa causa para o ingresso domiciliar será examinada com mais vagar.

À vista do exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, encarecendo o envio dos elementos indispensáveis à análise do alegado neste recurso, em especial de notícias atualizadas acerca do andamento do processo.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**